

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.500 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2002



Heloísa Helena quer discutir cisão da Chesf, Furnas e Eletronorte

**Cisão de empresas elétricas pode ter audiência pública**

PÁGINA 3

**Subcomissão ouve propostas de Ciro para moradia**

Pré-candidato à Presidência da República Ciro Gomes vai participar amanhã, no Senado, do ciclo de debates “Moradia – Um Sonho Possível”.

PÁGINA 2

**Adaptação do Refis às pessoas físicas em exame na CAE**

Projeto de Luiz Otávio estende às pessoas físicas o direito de renegociar seus débitos fiscais em condições semelhantes às do Programa de Recuperação Fiscal.

PÁGINA 3

**Presidente do BNDES fala sobre Globo Cabo**

Por iniciativa do senador Eduardo Suplicy, o presidente do BNDES, Eleazar de Carvalho Filho, explica amanhã à CAE a operação do banco com a Globo Cabo.

PÁGINA 4

## Avança debate sobre livre comércio entre Mercosul e União Européia

A implementação de uma área de livre comércio entre os países que integram o Mercosul e a União Européia será acompanhada por Assembléia Parlamentar Permanente. Acordo nesse sentido foi assinado na sexta-feira, em Madri, pelas delegações da Comissão Conjunta do Mercosul e do Parlamento Europeu.

PÁGINA 3



Oito propostas de emenda à Constituição integram a pauta de votações do Plenário do Senado para esta semana

**Abertura da mídia ao capital estrangeiro tem última votação**

O Plenário do Senado deve votar em segundo turno, nesta quarta-feira, a proposta de emenda constitucional que abre as empresas de comunicação – jornais, revistas e emissoras de rádio e TV – ao capital estrangeiro. Se for aprovada, a proposta será promulgada pelos presidentes das duas Casas do Congresso (e entrará em vigor), uma vez que o texto votado pela Câmara está passando pelo Senado sem modificações. Também na quarta-feira, o Plenário pode votar, entre outras matérias, a que assegura autonomia aos partidos para fazerem coligações nos estados e municípios desvinculadas da eleição presidencial.

PÁGINA 3



Influência dos laboratórios na fiscalização dos remédios motivou requerimento para ouvir diretor-presidente da Anvisa

**Fiscalização de remédios está na pauta da CAS**

PÁGINA 2



Casildo Maldaner apresentou substitutivo a projeto de Antero Paes de Barros

## Produção local pode ganhar espaço na TV

A Comissão de Educação (CE) pode votar amanhã substitutivo do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) a projeto que reserva à produção local 50% da grade de programas de rádio e TV, durante o horário nobre. De autoria de Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a proposta será examinada em caráter terminativo, só indo a Plenário se houver requerimento dos senadores nesse sentido.

Em audiência pública realizada no final do ano passado, o autor do projeto admitiu que as mudanças propostas por ele ao Código Brasileiro de Telecomunicações poderiam ocorrer fora do horário nobre. Com essa concessão, ele acredita que atenuaria as pressões das grandes emissoras de TV, contrárias à reserva de horário voltada para programação local.

A proposta recebeu a solidariedade do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro. Na audiência na CE, a secretária-geral da entidade leu declarações favoráveis de representantes da categoria, como Fernanda Montenegro, Milton Gonçalves e Carlos Zara.

Também com substitutivo de Maldaner, a CE examina projeto da Câmara dos Deputados, aprovado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), que regulamenta a concessão de bolsas de estudo a alunos carentes de nível fundamental e médio não atendidos pela rede pública.

# Senadores ouvem proposta habitacional de Ciro Gomes

Pré-candidato à Presidência da República participa de audiência pública, amanhã, às 9h, na Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento, da CAS

O pré-candidato à Presidência da República Ciro Gomes será questionado pelos senadores, amanhã, às 9h, sobre sua proposta para resolver os problemas urbanos do país, especialmente os da habitação. Ele participará de audiência pública na Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, que integra a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao lado da professora Ermínia Maricato, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e de Lair Alberto Soares Krahenbühl, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária

da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Ciro Gomes será o segundo candidato à Presidência a debater o problema na subcomissão do Senado, presidida por Mauro Miranda (PMDB-GO). O primeiro foi Anthony Garotinho, no último dia 7, dentro do ciclo de debates "Moradia - Um Sonho Possível". Mauro diz que a questão da moradia deve ser encarada como prioridade pelos



Candidatos devem priorizar moradia, diz Mauro Miranda, presidente da subcomissão

candidatos à Presidência, lembrando que 6,6 milhões de famílias brasileiras não têm um teto.

## Comissão avalia fiscalização de remédios



Tião Viana, que solicitou a audiência pública, quer verificar a existência de falhas na legislação

O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Gonçalo Vecina Neto, comparece amanhã à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para prestar esclarecimentos sobre a atuação do órgão na fiscalização dos remédios à venda no país. Também participa da audiência, marcada para as 17h30, o diretor de medicamentos da Anvisa, Luiz Felipe Moreira Lima. Ele admitiu em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* que os grandes laboratórios conseguem impor seus interesses junto ao governo federal.

A audiência foi solicitada pelo senador Tião Viana (PT-AC), para quem os depoimentos permitirão verificar se existem falhas na legislação. O senador considera necessárias medidas mais rígidas para combater abusos que envolvam a comercialização de remédios.

Na quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais analisa a indicação de Cláudio Maierovitch para o lugar de Luiz Felipe Moreira Lima. Há ainda para ser votada a recondução, também para a direção da Anvisa, de Ricardo Oliva.

## Fujimori deve ter condecoração anulada

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) poderá deliberar amanhã sobre projeto de decreto legislativo de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori, atualmente foragido da Justiça pe-

ruana no Japão. A condecoração foi concedida pelo presidente Fernando Henrique após encerramento do conflito armado entre Peru e Equador.

Também será apreciado projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, assi-

nado pelo Brasil em 2000. O projeto tem parecer favorável do senador José Agripino (PFL-RN). Outro projeto a ser debatido é o que trata da Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas, adotada pela ONU em 1997 e subscrita pelo governo brasileiro em 1999.

## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2002

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

#### Terça-feira

##### 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Regiões; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal, para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o caput do artigo 27 da Constituição federal (representação nas assembleias legislativas); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera a redação do inciso IV do artigo 52 da Constituição federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que específica, entre as autoridades cuja escolha é aprovada previamente pelo Senado; entre outras.

#### Quarta-feira

##### 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Regiões; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal, para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o caput do artigo 27 da Constituição federal (representação nas assembleias legislativas); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos);

#### Quinta-feira

10h - Sessão especial destinada a homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo transcurso dos 50 anos de sua fundação

#### 11h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS que dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas; sobre a prevenção, a repressão e o tratamento; define crimes, regula o procedimento nos crimes que define; PDL que aprova o texto do Acordo sobre a Recuperação de Bens Culturais, Patrimoniais e outros Específicos Roubados, Importados ou Exportados Illicitamente, celebrado entre os governos do Brasil e da Bolívia; PDL que aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores e Moradores do Município de Condeúba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condeúba (BA).

#### Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Cisão de hidrelétricas pode ser debatida em audiência

O programa de cisão da Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco, de Furnas e da Eletronorte pode ser discutido em audiência pública pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Requerimento apresentado pela senadora Heloísa Helena (PT-



Proposta em discussão na CI é de Heloísa Helena

AL) convidando os presidentes dessas estatais, além de representantes da comunidade científica e dos trabalhadores, é um dos itens da pauta da reunião da CI, marcada para amanhã, às 14h30.

Os senadores também devem examinar requerimentos con-

vidando os ministros de Minas e Energia, Francisco Luiz Sibut Gomide, e dos Transportes, João Henrique de Almeida Souza, para explicarem em audiência pública na comissão sobre o processo de instalação de usinas termelétricas e sobre o estado das rodovias federais.

Há ainda requerimentos para que sejam convidados Fernando Perrone, presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), e representantes de empresas de transporte aéreo regional.

## Souto defende uso de novas fontes energéticas no Brasil

A Comissão Mista Especial da Crise Energética reúne-se nesta quarta-feira, a partir das 14h, para dar continuidade à discussão e votação do relatório final de seus trabalhos, elaborado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA). Criada para estudar as causas e apresentar soluções para a crise de energia no país, a comissão é presidida pelo deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ).

Paulo Souto explicou que o relatório, além de focalizar as questões do preço da energia elétrica e da privatização das empresas estatais de geração, também apresenta muitas recomendações. Embora outras fontes de geração de energia elétrica sejam mais caras,



Relatório de Paulo Souto está em exame na comissão mista

o relator acredita que é preciso encontrar novos meios de ampliar a matriz energética brasileira. Todos os países do mundo estão investindo nisso e o Brasil precisa fazer o mesmo, defende Paulo Souto.

A comissão debateu o racionamento com especialistas e autoridades ao longo do segundo semestre de 2001. Entre os convidados, compareceram o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo; o ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Peter Greinner; o diretor da organização não-governamental Ilumina, Roberto Pereira, e o professor Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP).

# Acordo aproxima União Européia do Mercosul

Objetivo do ato assinado em Madri é acompanhar implementação de uma área de livre comércio entre os países que integram os dois blocos

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) e o Parlamento Europeu anunciaram na sexta-feira, em Madri, na Espanha, a criação da Assembléia Parlamentar Permanente (APP), que se destina a acompanhar a implementação de uma área de livre comércio entre os países que integram a União Européia e o Mercosul. Esse passo é histórico porque une os países integrantes dos dois blocos em um órgão comum para tratar do que definem como diplomacia parlamentar.

O acordo para a criação da APP foi assinado pela comitiva da Comissão do Mercosul – composta por parlamentares do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – e a



Roberto Requião preside o grupo brasileiro da Comissão Parlamentar do Mercosul

Delegação para as Relações com os Países da América do Sul e Mercosul do Parlamento Europeu.

Os parlamentares do Mercosul e da União Européia também lançaram apelo formal à comunidade

de internacional para que ajude a Argentina a superar a crise econômica. Eles propuseram a criação de mecanismos de assistência e cooperação, por parte dos organismos multilaterais de crédito, para que a Argentina possa recuperar sua estabilidade. Além disso, os parlamentares manifestaram preocupação com a democracia na América Latina. Foi pedida uma maior atenção da comunidade internacional à Colômbia e à Venezuela.

Estiverem presentes à reunião em Madri os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), presidente do grupo brasileiro da Comissão Parlamentar do Mercosul, e José Jorge (PFL-PE), e os deputados Ney Lopes (PFL-RN), Vicente Caropreso (PSDB-SC), Paulo Gôuveia (PL-RS) e Osmar Serraglio (PMDB-PR).

## Decisão sobre capital estrangeiro sai na quarta

O Plenário do Senado vota em segundo turno nesta quarta-feira a proposta de emenda à Constituição que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação – jornais, revistas e emissoras de rádio e TV. A PEC, que foi aprovada em primeiro turno no último dia 8, limita o aporte de recursos a 30% do capital total das empresas. Se aprovada em segundo turno, a matéria será promulgada pelos presidentes das duas Casas do Congresso, uma vez que a matéria já passou pela Câmara dos Deputados.

No mesmo dia, além de outras matérias, o Plenário pode votar



Também será votada PEC de Bernardo Cabral que dá autonomia aos partidos para coligações

duas outras propostas de emenda, de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM). A primeira assegura autonomia aos partidos

para fazerem suas coligações nos estados e municípios, sem vinculação com a coligação feita para a eleição à Presidência da República. A segunda estabelece que o número de deputados das assembleias legislativas será o triplo da representação do estado na Câmara Federal.

Amanhã, o Senado vota em primeiro turno PEC do senador Osmar Dias (PDT-PR) que inclui os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório entre as autoridades cuja escolha precisará ser aprovada previamente pelo Senado, após arguição do indicado em sessão secreta.

## Projeto estende a pessoas físicas as regras do Refis

Parecer do senador Amir Lando (PMDB-RO) favorável ao projeto do senador Luiz Otávio (PPB-PA) que estende às pessoas físicas o direito de renegociar seus débitos fiscais em condições semelhantes às do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) é um dos temas da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de amanhã.

“Com as devidas adaptações, o projeto estende às pessoas físicas a sistemática do Refis, permitindo que elas também tenham seus débitos fiscais consolidados em de-

terminada data, com os acréscimos legais devidos, para pagamento parcelado, sem limitação de prazo, e mediante comprometimento de percentual fixo (no mínimo 1%) de seus rendimentos mensais”, argumenta Luiz Otávio na justificativa do projeto.

Outra matéria que poderá ser votada é o parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) ao projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que estabelece critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT). Pela proposta, serão reservados 2% dos recursos do FAT (excluindo as verbas destinadas ao BNDES e ao Programa de Seguro-Desemprego) para a Região Norte, 2% para a Região Centro-Oeste e 4% para a Região Nordeste. O dinheiro será disponibilizado para os respectivos estados obedecendo critério populacional.

Consta ainda da pauta da CAE parecer do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) favorável ao projeto do senador Carlos Wilson

(PTB-PE) que obriga os programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome a darem preferência às unidades produtivas de caráter familiar ou de pequeno porte, nas suas aquisições de gêneros alimentícios.

“Com a aprovação deste projeto atacaremos o problema da fome por duas vias: pelas ações diretas com este objetivo e pelo efetivo incentivo aos produtores rurais de pequeno porte que, ao terem uma garantia de comercialização, se sentirão seguros durante o



Matéria recebeu na Comissão de Assuntos Econômicos parecer favorável de Amir Lando

plantio e a colheita e criarão raízes sólidas à tão sonhada terra que lhes faz jus”, explica o relator.

# Francelino: cinema brasileiro entra em nova era

Senador aplaude sanção da lei que regulamenta o mercado audiovisual e lembra o trabalho desenvolvido pela Casa em torno do assunto. "O povo do cinema conquistou uma grande e importante vitória", afirma

A sanção da Lei nº 10.454 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, realizada em solenidade especial no Palácio da Alvorada, no dia 13, vai dar início a uma nova era do cinema brasileiro. Foi o que disse em Plenário, sexta-feira, o senador Francelino Pereira (PFL-MG), lembrando que a lei resultou de uma idéia surgida no Senado.

Para Francelino, "o povo do cinema" conquistou, com a nova lei que regulamenta o mercado audiovisual, uma grande e importante vitória, que vem se somar à criação da Agência Nacional do Cinema (Ancine), idéia que também surgiu na Subcomissão de Cinema, ligada à Comissão de Educação, da qual o senador foi relator.

Segundo estimativas feitas pela Ancine, presidida pelo cineasta Gustavo Dahl, a nova Contribuição para o Desenvolvimento do Cinema (Condecine), que será a fonte de recursos para estimular a produção de



Francelino informa que o governo investiu no cinema nacional, desde 1995, cerca de R\$ 500 milhões

filmes nacionais, vai propiciar, de imediato, algo em torno de R\$ 40 milhões anuais, acrescidos de outros R\$ 20 milhões que deverão ser investidos pelos canais de TV a cabo.

Francelino lembrou que o governo federal já investiu no cinema nacional, de 1995 até hoje, aproximadamente R\$ 500 milhões. Em razão desses investimentos, o setor passou a viver nova fase.

O senador destacou a importân-

cia de novas leis que "facilitem o casamento entre a TV aberta e o cinema nacional", como também a regulamentação dos fundos privados de investimento em cinema, os chamados Funcines, que já está sendo providenciada pela Ancine.

Francelino abordou, ainda, a importância da abertura de salas de cinema nos *shoppings* para o desenvolvimento da indústria cinematográfica, mas ressaltou que é preciso que sejam abertas também salas acessíveis à população mais pobre.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a força comercial do cinema norte-americano criou dificuldades não só para o cinema brasileiro, mas para o de praticamente todos os países. Simon parabenizou Francelino pelo trabalho na Subcomissão de Cinema e disse acreditar que o cinema brasileiro, a partir de agora, vai mesmo viver uma nova fase.

## Francisco Escórcio aplaude criação da TV Justiça

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) disse, na sexta-feira, que a instalação da TV Justiça vai permitir à sociedade brasileira acompanhar de forma ampla a atuação e as decisões do Poder Judiciário. Ele fez essa declaração ao registrar, em Plenário, a sanção da lei que cria a TV Justiça pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, durante o exercício interino da Presidência da República.

— Felicitó o ministro Marco Aurélio por tão bravo feito — afirmou. Escórcio também salientou o em-

penho do senador José Sarney (PMDB-AP) em instalar, quando exercia a presidência, o sistema de comunicação do Senado, formado por rádio, TV, agência de notícias e jornal.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) aliou-se a Francisco Escórcio nas felicitações ao presidente do STF.

— Assim como a TV mudou a imagem do Senado e da Câmara, a imagem do Judiciário vai mudar com a



Francisco Escórcio cumprimentou o presidente do STF

TV Justiça — comentou, observando que a abertura desse canal vai dar à população a oportunidade de analisar, respeitar e, às vezes, criticar as posições da Justiça.

Outro assunto tratado por Escórcio foi o plano de carreira dos servidores do Senado. O senador fez um apelo ao governo no sentido de que efetue o repasse dos recursos necessários à implementação do plano.

## BNDES vai explicar operação com Globo Cabo

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho, presta esclarecimentos amanhã, às 10h, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a operação realizada entre a instituição e a Globo Cabo. Ele deverá explicar os estudos que avaliaram a participação do banco no processo de reestruturação do capital



Suplicy pediu a audiência com Eleazar de Carvalho Filho

e reorganização societária da empresa.

O requerimento para a audiência com Eleazar de Carvalho Filho foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A reorganização societária, viabilizada pela participação do banco, está prevista para ocorrer até o final do primeiro semestre e terá o valor total de R\$ 1 bilhão. O objetivo é readequar a es-

trutura de capital da empresa e permitir a continuidade do seu programa de investimentos.

Como acionista da Globo Cabo, o BNDES dará garantia de subscrição de ações no montante de até R\$ 284 milhões. O banco subscreverá e integralizará em dinheiro aproximadamente R\$ 39 milhões, converterá mil debêntures da segunda emissão pública da empresa (no valor de R\$ 125 milhões) e assumirá o compromisso de subscrever eventuais sobras de emissão pública de ações até o montante de R\$ 120 milhões.

## Simon elogia abordagem de "O Clone" sobre drogas

A abordagem dos efeitos das drogas sobre os jovens adotada pela novela *O Clone*, da Rede Globo, foi apontada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) como um exemplo para a televisão brasileira. Ele observou que nenhuma campanha antidrogas feita até o momento conseguiu



Simon: novela é um exemplo do que a TV pode fazer quando quer

tanta repercussão social quanto a que vem sendo movida pela novela. — Que belo trabalho este! É um exemplo do que pode fazer a televisão quando quer. Quero deixar aqui o meu abraço à autora da novela, Glória Perez, e à Rede Globo — disse Simon.

De acordo com o senador, uma das melhores conseqüências da campanha desenvolvida pela novela é a reaproximação entre filhos viciados em drogas com os pais. Ele informou que muitos jovens estão conversando com os pais sobre o problema da dependência química e, após assistirem a cenas da novela que mostram os duros efeitos

do vício, admitem a possibilidade de tratamento.

Simon disse ainda que, em conversas com psiquiatras sobre o tema, percebeu que os resultados na luta contra as drogas por meio de tratamento médico têm sido limitados. Maior

sucesso, observou, têm tido hoje entidades religiosas, que mobilizam seus fiéis para ajudar as famílias de viciados em drogas. Mesmo assim, afirmou, muitos jovens sentem-se constrangidos se não aderem às drogas. "Se não agem como os outros de seu grupo, são chamados de quadrados", relatou. Ele considerou interessantes, por isso, depoimentos divulgados por *O Clone* de duras experiências vividas por dependentes químicos.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o pronunciamento de Simon e disse que endossava as suas palavras em nome da liderança do governo.

## Jucá comemora recorde de produção da Petrobras

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) manifestou satisfação com o novo recorde diário de produção da Petrobras, que ultrapassou, no dia 12, a marca de 1,6 milhão de barris de petróleo. Ele observou que esse recorde é um fato relevante para o país e que a Petrobras firma-se cada vez mais como uma das maiores companhias do mundo.

Jucá registrou que o volume diário de 1,6 milhão de barris representa 88% do consumo nacional, que é de 1,8 milhão de barris. Ele disse acreditar que o Brasil atingirá a auto-suficiência na produção de petróleo em 2005, conforme prevê



Jucá acredita que Brasil será auto-suficiente em petróleo em 2005

o planejamento estratégico da Petrobras.

MÉRITO

Jucá comunicou ao Plenário ter recebido do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal o diploma de Honra ao Mérito por sua luta em prol da melhoria dos serviços da Defensoria e da valorização profissional dos defensores públicos.

O senador agradeceu ao diretor-geral do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, Paulo César Chagas, a homenagem da categoria, e observou que os defensores públicos são peças fundamentais para uma sociedade mais justa.